

COMPORTAMENTO DA ECONOMIA INFORMAL NO RS NOS ANOS 90: UMA COMPARAÇÃO ENTRE GÊNEROS

Adriano José Pereira¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever o comportamento do segmento feminino no setor informal da economia gaúcha na década de 1990, bem como verificar se este segmento tem contribuído para a elevação dos níveis de informalidade nesta economia. Utilizando-se dos indicadores de ocupação informal, adotados a partir de Azevedo (1990) e dos dados fornecidos pela PNAD, foi possível verificar que a participação das mulheres na PEA do RS foi estável durante a década, e não contribuiu, diretamente, para a elevação dos níveis de informalidade, apresentando características diferenciadas em relação ao segmento masculino.

Palavras-chave: mercado de trabalho, ocupação, economia informal, segmento feminino.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi marcada pelo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho na economia brasileira; processo este que se acentuou durante a década de 1990. A medida em que estas duas décadas compreendem períodos de dificuldades econômicas, principalmente no que diz respeito a inserção de um contingente crescente de trabalhadores no mercado de trabalho, o crescimento da participação feminina na População Economicamente Ativa² (PEA) passou a ser visto como um fator agravante desta situação, no Brasil como um todo e em específico no estado do RS.

¹ Prof. do Depto de Ciências Econômicas da UFSM.

² A PEA deve ser entendida como sinônimo de força de trabalho.

O presente artigo trata do comportamento e das características do segmento feminino e sua participação no setor informal do mercado de trabalho da economia gaúcha na década de 1990, tendo como principal objetivo verificar se o segmento feminino tem, dado suas características, contribuído para a elevação dos níveis de informalidade nesta economia.

Partindo-se do conceito de informalidade adotado por Azevedo (1990), o qual orienta a construção de indicadores da ocupação informal, e baseando-se nos dados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE), procurou-se mensurar a informalidade, entendendo-se como o somatório dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores não remunerados, trabalhadores por conta própria e empregados domésticos.

Os resultados da pesquisa são apresentados como segue: na segunda seção estão expostos os principais conceitos do setor informal, bem como explicações sobre sua forma de mensuração; na seção seguinte são apresentados os aspectos relacionados ao comportamento da participação da mulher no mercado de trabalho gaúcho, durante a década de 1990. Por fim, a última seção compreende as conclusões.

2. O SETOR INFORMAL DA ECONOMIA

Em situações de crise e de desemprego, apresentam importância os trabalhos voltados às atividades urbanas organizadas sob moldes não tipicamente capitalistas de produção³, pois estas adquirem maior dimensão ao afluxo dos indivíduos que não conseguem se manter ou não conseguem entrar no mercado de trabalho capitalista.

Esse conjunto de ocupações constitui o chamado setor informal da economia urbana, que ainda não alcançou um consenso entre seus estudiosos, a nível de sua abrangência e importância para o modo de produção capitalista. Por este motivo, o setor informal, desde

³ Sobre formas não tipicamente capitalistas de produção ver Souza (1980).

a sua manifestação original, apresentou diferentes interpretações no que diz respeito ao seu conceito.

Para Bagnasco (1997), a informalidade, como fenômeno de grande dimensão, surgiu na década de 1970, uma época em que as economias de grande porte estavam numa situação crítica; isto é, depois de 30 anos de desenvolvimento, estavam tendendo a mostrar sinais de estagnação, inflação e desemprego.

Devido à indeterminação dos conceitos envolvidos, é impossível dizer se os processos informais aumentaram durante essa fase. Uma coisa, entretanto, pode ser inferida dos dados disponíveis: durante esse período de paralisia e no curso das tentativas de superá-lo, as fronteiras da economia formal foram alteradas, e a interação entre o formal e o informal mudaram em grande medida (BAGNASCO, 1997, p. 17).

Para Dedecca & Baltar (1997), as primeiras reflexões sobre o problema da informalidade, também se deram nos anos 70, com os trabalhos do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), este sendo parte do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estes estudos concluíram para a América Latina que, a modernização limitada tinha gerado um grau de assalariamento relativamente baixo, as transformações econômicas não haviam sido acompanhadas de mudanças mais expressivas na organização social e a conjugação dos fatores econômicos e políticos não tinha produzido uma organização do Estado e da sociedade que atacasse os problemas estruturais que caracterizavam os países da região, como a questão agrária, a regional, a urbana e das políticas sociais.

As pesquisas do PREALC aceitavam a dualidade do mercado de trabalho, destacando um segmento formal e um outro informal, numa condição de quase independência. O segmento formal apresentaria as seguintes características: defronta-se com barreiras à entrada; depende de recursos externos; a propriedade do empreendimento é impessoal; opera em larga escala; utiliza processos produtivos intensivos em capital e a

tecnologia é importada; a mão-de-obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal; atua em mercados protegidos através de tarifas, quotas, etc. Para o setor informal, as características seriam contrárias às anteriores: há facilidade de entrada; o aporte de recursos é de origem doméstica; a propriedade do empreendimento é individual ou familiar; opera em pequena escala; os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada; a mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal; atua em mercados competitivos e não regulados.

De acordo com Cacciamali (1991), o setor informal tem sua denominação ligada a dois conceitos distintos, o primeiro da década de 70, define esse setor como um conjunto de atividades econômicas em que não há uma nítida separação entre capital e trabalho.

[...] é o produtor direto de posse dos instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários que, juntamente com a mão-de-obra familiar ou com o auxílio de alguns ajudantes, executa e simultaneamente administra uma determinada atividade econômica. Neste grupo estariam então classificados os trabalhadores por conta própria, os prestadores de serviço independentes, os vendedores autônomos, os pequenos produtores e comerciantes e os respectivos ajudantes, sejam estes familiares ou contratados (CACCIAMALI, 1991, p. 121).

No final da década de 70, o setor informal também é caracterizado como uma economia que não cumpre as regras institucionais, intitulando-a de "*economia invisível, subterrânea ou submersa*". Conforme Cacciamalli (1991), a ilegalidade no setor informal, pode constituir-se numa característica conexas à atividade econômica, mas não era fundamental para distinguir uma atividade formal de uma informal; pois a forma de organização da produção de uma determinada atividade econômica seria o corte teórico-operacional básico para essa diferenciação.

Para Cacciamali (1991), o setor informal era referido e caracterizado *a priori*, de uma forma agregada, aos segmentos mais pobres da população. Com o intuito de superar as dificuldades desta interpretação do que seria o setor informal, o conceito é redefinido a

partir das relações do trabalhador com os meios e instrumentos de produção, o que não vinha sendo considerado anteriormente.

Neste sentido, o setor informal, naquele momento, também denominado pequena produção, é definido como o conjunto das atividades econômicas em que o produtor direto, de posse dos instrumentos de trabalho e com a ajuda de mão-de-obra familiar ou de alguns ajudantes, produz bens ou serviços (CACCIAMALI, 1991, p.127-28).

Segundo Lima (1982), tratando dos trabalhos sobre informalidade, um grande desafio para as interpretações é a determinação de que unidade econômica seria mais apropriada para definir o setor informal; os indivíduos, os domicílios ou as empresas.

[...]a forma dualista de produção é geralmente definida em termos de atividades (organizada - utilizando mais intensamente capital e tecnologia, e não-organizada, nível baixo de capitalização e mão-de-obra intensiva, de baixa qualificação) parece possível adotar o enfoque dos indivíduos engajados nestas atividades, ou nas empresas onde participam. O setor informal, por estas razões, tem estado sujeito a diferentes interpretações (LIMA, 1982, p.33).

Com isto, o critério de classificação por 'indivíduos', de Lima (1982), inclui no setor informal trabalhadores do setor 'desprotegido' da economia, pelo fato de não contarem com a atuação de sindicatos, do Governo, ou da ação de ambos, que se constituem em práticas institucionais comuns no setor formal. Como segmento desprotegido do mercado, o setor informal reuniria predominantemente os trabalhadores cuja remuneração mensal se situa abaixo do salário mínimo legal.

De acordo com Azevedo (1990), as primeiras interpretações sobre o setor informal, destacavam o caráter disfuncional do seu conjunto de atividades para o desenvolvimento capitalista, à medida que seus ocupantes eram vistos como marginais e, portanto, considerados como mão-de-obra sobrando, improdutiva e de pouca ou nula significação econômica. Com isto, Azevedo (1990) refere-se ao fato de que o enfoque dado ao setor informal na economia brasileira teve caráter de apenas acolhimento da mão-de-obra sobrando do setor capitalista.

O setor informal se caracterizaria por um conjunto de indivíduos que, mesmo incorporados no mercado de trabalho, não estabelecem relações permanentes de assalariamento, seja como patrões, seja como empregados. Tendo como característica comum a esses trabalhadores, a condição de pouca ou nenhuma capitalização de seus negócios, baixo nível de qualificação como profissional e situação pessoal materialmente precária.

A definição para o setor informal, deve partir de uma análise do movimento da produção capitalista, para se verificar a necessidade da formação de outros setores de produção subordinadas ao capital. "Não se trata mais, portanto, de apenas descrever o setor informal, mas sim, de analisar os processos que provocam segmentação no interior da economia urbana." (AZEVEDO, 1990, p.167)

2.1. Mensurando a economia informal

Entendendo-se como trabalhadores informais, o conjunto de indivíduos que, mesmo incorporados ao mercado de trabalho, não estabelecem relações permanentes de assalariamento, chega-se a seguinte condição de mensuração, que consiste no somatório de quatro formas de ocupação:

1) os trabalhadores por conta própria são um exemplo de informalidade, pois, para poderem exercer suas atividades, se valem quase que exclusivamente do uso da própria força de trabalho e, as vezes, da mão-de-obra familiar disponível. A característica comum a estes trabalhadores é a pouca ou nenhuma capitalização de seus negócios, seu baixo nível de qualificação profissional, situação pessoal materialmente precária e situação jurídica não legalizada;⁴

⁴ Para o IBGE, o trabalhador por conta própria é definido como a pessoa que explora sua própria empresa econômica ou exerce uma profissão ou ofício sem empregados.

- 2) os trabalhadores empregados sem carteira de trabalho assinada, por caracterizarem um vínculo empregatício, sem qualquer tipo de cobertura;
- 3) os trabalhadores não remunerados, cuja própria natureza ocupacional os exclui do processo de participação no resultado da produção.⁵
- 4) os trabalhadores domésticos também estão incluídos na categoria de trabalho informal, pois, embora assalariados, não estão subordinados, como os demais trabalhadores assalariados, a um capitalista, mas, sim, a uma unidade não econômica, a família. Com isto, o trabalho doméstico pode ser encarado como uma venda de serviços executada de forma relativamente autônoma. Conforme Azevedo (1990), informal é toda e qualquer ocupação que, de alguma forma, foge do pressuposto básico de funcionamento de uma sociedade capitalista, que é a relação assalariada.

Os dados da PNAD apresentam a proporção de indivíduos nas diferentes posições na ocupação, como: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso.

Na categoria conta própria é incluído o chamado parceiro conta própria, ou seja, a pessoa que explora uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou garimpo), individualmente ou com o auxílio de pessoas da unidade familiar sem remuneração, e paga pela exploração com serviços e/ou parte da produção.

Nos empregados sem carteira assinada, estão incluídas as pessoas classificadas como empregado ou trabalhador agrícola volante, com ou sem intermediário e que não possuíam carteira de trabalho assinada pelo empregador.

⁵ De acordo com Azevedo (1990, p.186): "...podem-se considerar os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores sem rendimento (que equivale à mão-de-obra familiar) como os mais representativos de uma situação de trabalho informal."

A categoria do trabalhador não remunerado refere-se às pessoas que trabalham normalmente 15 horas ou mais por semana, sem remuneração, ajudando um membro da família que tenha uma atividade econômica ou que trabalhe numa instituição beneficente religiosa ou de cooperativismo, ou seja, aprendiz, estagiário etc.

Para a mensuração do setor informal, conjugam-se as categorias empregados sem carteira assinada, trabalhador doméstico, conta própria (soma-se o trabalhador na produção para o próprio consumo e o trabalhador na construção para o próprio uso) e não remunerado.⁶

3. INFORMALIDADE E PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO FEMININO NO MERCADO DE TRABALHO GAÚCHO NOS ANOS 90

Para que se possa tratar da informalidade e da participação do segmento feminino no mercado de trabalho gaúcho, na década de 90, faz-se pertinente, primeiramente, uma abordagem que compreenda a dimensão do setor informal na economia gaúcha e, segundo, analisar os comportamentos dos setores formal e informal estabelecendo uma comparação entre os gêneros.

⁶ Deve-se observar que existe outro procedimento para a mensuração do setor informal, onde extrai-se as unidades produtivas informais através de critérios sobre a forma de organização da unidade produtiva, considerando a junção das atividades de produção e de administração do proprietário, a posse dos meios de produção e o número de trabalhadores familiares ou de ajudantes. Como menciona Cacciamalli (1991), este tipo de levantamento é mais difícil de ser realizado, devido a requerer entrevistadores mais qualificados, o treinamento exigir mais tempo e ser custoso, bem como porque numerosos pequenos estabelecimentos também compõem a economia submersa, e, portanto, são de difícil identificação para os pesquisadores. Além dessas, há outra restrição, pois esse método não apreende substancial parcela de ocupados por conta própria. Apesar das dificuldades, em 1997, o IBGE realizou a 1ª Pesquisa Sobre Economia Informal Urbana (ECINF), onde foram coletados dados a partir de unidades produtivas e não por trabalhador individual ou ocupação por ele exercida. Entretanto, em virtude deste estudo abranger toda a década de 90, segue-se a forma mais utilizada até então para a mensuração do setor informal, ou seja, por posição na ocupação; mesmo admitindo-se que não é uma forma de mensuração totalmente eficiente, consiste na única possível para a construção de uma série.

3.1. A dimensão do setor informal na economia gaúcha nos anos 90

Considerando como base os dados das séries fornecidas pela PNAD, obtém-se para o RS a proporção dos indivíduos engajados nas diversas ocupações do mercado de trabalho de acordo com o total da população ocupada em cada ano; sendo possível a avaliação da evolução desses indicadores ao longo da década de 90.

No Rio Grande do Sul (Tabela 1), a população ocupada por ramos de atividade em relação a ocupação total, concentra-se, no período de 1992 a 1999, na agricultura com média de 28,1%, seguido pelo ramo de prestação de serviços com 16,3%, indústria de transformação com 16,1% e comércio de mercadorias com 11,3%.

TABELA 1 – População ocupada por ramos de atividade em relação a ocupação total RS- 1992/1999 (%)

Ramos de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Agrícola	31,3	31,0	29,1	26,8	26,2	26,0	25,8
Indústria de Transformação	16,5	16,7	16,1	16,0	16,3	15,1	15,9
Indústria de Construção	4,9	4,8	4,7	5,6	5,9	6,1	5,5
Outras atividades industriais	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8
Comércio de mercadorias	10,5	11,4	11,1	11,8	11,5	11,5	11,6
Prestação de serviços	15,2	14,9	16,4	16,4	17,4	17,0	16,8
Serviços auxiliares	3,2	3,3	3,5	4,1	3,8	4,5	4,1
Transporte e Comunicação	2,9	2,9	3,2	3,1	3,4	3,4	3,4
Social	7,8	7,5	8,2	8,6	8,4	9,1	9,5
Administração Pública	4,2	3,9	4,2	4,3	4,1	4,3	4,2
Outras	2,5	2,5	2,5	2,3	2,0	2,2	2,4
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte de dados: PNAD.

Observa-se que mesmo havendo uma queda na participação agrícola no total da ocupação para o RS, estando relacionada com o deslocamento dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, aumentando a participação em outras atividades, aquele ainda é o ramo de atividade que concentra a maior ocupação durante o período considerado.

De acordo com a Tabela 2, que trata da participação da ocupação informal na ocupação total, por ramos de atividade, verifica-se que a maior parte do trabalho informal, no período analisado, está presente na atividade agrícola, com média de 91,4%, em

segundo lugar na prestação de serviços (em torno de 80%), seguido pela indústria de construção com cerca 67% e pelo ramo de serviços auxiliares (aproximadamente 55%). A informalidade no comércio de mercadorias também apresenta um nível elevado, com média de 49% no período.

O fato relevante consiste em que, somados o ramo agrícola e a prestação de serviços, tem-se cerca de 40% do total da ocupação no mercado de trabalho gaúcho; o que implica em que estes dois ramos contribuem expressivamente para elevar os níveis de informalidade. Além disso, dois aspectos devem ser considerados: primeiro, em relação ao setor agrícola, existe uma elevada participação dos não remunerados no total da população ocupada, o que não se verifica em nenhum outro ramo; segundo, no que diz respeito ao ramo de prestação de serviços, cerca de 40% da ocupação consiste de empregados domésticos, os quais são considerados trabalhadores informais em sua totalidade⁷, exercendo uma influência significativa na elevação do nível de informalidade neste ramo.

TABELA 2 – Participação da ocupação informal na ocupação total, por ramos de atividade RS- 1992/1999 (%)

Ramos de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Agrícola	90,9	91,8	92,1	92,5	90,5	92,1	90,1
Indústria de transformação	22,9	21,4	22,9	22,3	22,9	22,3	24,4
Indústria de construção	66,7	65,8	67,2	73,8	69,7	67,8	63,8
Outras atividades industriais	30,4	16,7	26,0	34,5	31,4	17,5	39,1
Comércio de mercadorias	45,2	49,1	50,3	50,1	50,1	48,9	49,1
Prestação de serviços	82,4	82,5	80,8	81,5	79,6	76,9	78,9
Serviços auxiliares	52,5	55,9	52,3	57,5	56,8	55,7	59,1
Transporte e comunicação	36,7	38,2	37,1	39,6	43,1	46,6	46,4
Social	21,3	18,8	20,9	23,2	23,2	22,6	24,4
Administração Pública	9,3	9,5	9,8	14,0	11,3	12,3	17,6
Outras atividades	40,2	38,1	44,0	38,5	35,4	56,9	51,8

Fonte de dados: PNAD.

Pode-se verificar (Tabela 3) que os níveis de informalidade são elevados com a participação do setor agrícola; excluindo-se este setor, os níveis sofrem uma redução. No

⁷ Assim como no caso dos conta-própria, os trabalhadores domésticos também são considerados exercendo atividades informais, dado que os mesmos, tendo ou não carteira de trabalho assinada, não fazem parte do

entanto, deve-se observar que, tratando-se da informalidade exclusivamente como um fenômeno urbano, sua tendência é de expansão no decorrer do período, confirmando sua relação inversa com as taxas de crescimento econômico.⁸ Em se tratando do fato de que a informalidade é um fenômeno essencialmente urbano, esta relação reflete com maior clareza a participação bem como o comportamento do setor informal no período. Neste sentido, deve-se considerar a informalidade como tendo crescido durante a década de 1990 no RS.

TABELA 3 – Participação do setor informal no total da ocupação-RS - 1992/1999

RS	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
C\agrícola	59,0	59,0	59,1	59,3	58,2	58,2	58,4
S\agrícola	44,4	44,2	45,5	47,1	46,7	46,3	47,4

Fonte de dados: PNAD.

Na Tabela 4, que trata da distribuição da população ocupada por posição na ocupação no RS, no período de 1992 a 1997, verificou-se uma queda de 75,2% para 72,6% dos empregados com carteira assinada, com um ligeiro aumento em 1998. O peso dos empregadores na população ocupada, passou de 4,0% em 1992 para 4,4% em 1999. Mesmo que a baixos níveis, todas as ocupações aumentam sua participação no período em relação à ocupação total, à exceção dos não remunerados. Mas o maior aumento se dá na categoria dos trabalhadores sem carteira assinada, o que afeta diretamente os níveis de informalidade, não sendo compensado pela redução dos não remunerados.

A participação do setor informal, em 1992, atingiu 59% do total da população ocupada, passando para 58,4% em 1999. Com base nestes dados é possível observar que o nível da informalidade, englobando o setor agrícola, se manteve estável, com ligeira tendência a queda, no RS, durante o período.

núcleo estruturado da economia (empregadores, empregados com carteira assinada e funcionários públicos militares e estatutários).

⁸ Entre 1990 e 1999, a taxa média de crescimento, na economia brasileira, ficou em torno de 2%, o que é considerado abaixo da necessária para a incorporação da PEA pelo mercado de trabalho.

TABELA 4 - Distribuição da população ocupada por posição na ocupação RS – 1992/99 (%)

Posição na ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Empregador	4,0	3,8	4,6	4,0	4,9	4,7	4,4
Empregados	47,7	46,6	46,4	47,7	47,8	47,9	48,7
C/carteira*	75,2	77,1	75,1	73,4	73,7	74,1	72,6
S/carteira							
A**	24,8	22,9	24,9	26,6	26,3	25,9	27,4
B***	10,4	9,5	10,1	11,0	11,0	10,8	11,6
Trabalhador doméstico	6,1	6,3	6,8	6,8	6,9	6,8	6,5
Conta Própria	29,0	29,6	29,6	28,9	28,8	28,9	29,1
Não remunerado	13,5	13,7	13,7	12,6	11,5	11,6	11,2
Total	100						

Fonte de dados: PNAD.

* Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria empregados;

** Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos empregados;

*** Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, exclusive funcionários públicos militares e estatutários.

3.2. Participação do segmento feminino no mercado formal de trabalho gaúcho na década de 90

No Rio Grande do Sul, a presença da mulher no mercado formal de trabalho vem se destacando nas duas últimas décadas; fenômeno que tem ocorrido em todo o Brasil.

De acordo com Jornada & Sternberg (2001), em 1989 as mulheres representavam 38,6% do mercado de trabalho formal sul-rio-grandense, em 1998, eram 41,1% do total da população empregada, um contingente de, aproximadamente, 733 mil trabalhadoras em um universo de quase um milhão e oitocentos mil trabalhadores, traduzindo um aumento de 2,5 pontos percentuais na participação relativa das mulheres e de 1,1% no volume do emprego entre 1989 e 1998.

A expansão do emprego feminino, embora pequeno, adquire maior relevância pelas circunstâncias em que ocorre, em um período marcado pela retração do emprego formal, que caiu 5,1% - uma supressão de 95.224 postos de trabalho entre 1989 e 1998. No caso do emprego masculino, contabilizou-se a perda de 102.983 vagas,

um recuo de 8,9% no estoque de trabalhadores (JORNADA & STERNBERG, 2001, p.69).

A participação da mulher, nos últimos anos tem abrangido cada vez mais setores da economia gaúcha; as mulheres estão se inserindo cada vez mais em lugares que antes eram reservados aos homens.⁹

Na Tabela 5, pode-se verificar que o segmento feminino gaúcho, na década de 90, tem a sua maior participação no ramo agrícola, em segundo lugar na prestação de serviços e em terceiro lugar no ramo social.

TABELA 5 – Participação das mulheres ocupadas, por ramos de atividade, em relação a ocupação total no segmento feminino - RS- 1992/1999 (%)

Ramos de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Agrícola	31,8	33,0	30,1	27,2	26,4	25,8	25,8
Indústria de Transformação	13,4	13,6	12,6	12,8	13,1	11,8	12,9
Indústria de Construção	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,4	0,4
Outras atividades industriais	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Comércio de mercadorias	9,8	11,0	10,4	11,6	11,6	11,7	11,9
Prestação de serviços	23,8	21,8	24,2	24,8	25,5	24,6	24,3
Serviços auxiliares	2,3	2,3	3,1	3,1	3,0	3,9	3,1
Transporte e Comunicação	0,5	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6
Social	13,9	13,0	14,5	15,4	14,9	16,7	16,3
Administração Pública	2,2	2,3	2,3	2,4	2,5	2,6	2,6
Outras	1,7	1,9	1,7	1,3	1,7	1,6	1,7
Total	100						

Fonte de dados: PNAD.

O crescimento da ocupação para as mulheres ocorreu de forma generalizada entre os principais setores da atividade econômica. Comparando-se os dados da Tabela 5 com os dados da Tabela 1, população ocupada por ramos de atividade em relação a ocupação total no RS, na década de 90, verifica-se que a maior participação na ocupação concentra-se na agricultura; a exemplo do conjunto do Estado, a participação da mulher é elevada neste ramo de atividade, mas percebe-se um declínio com o passar dos anos.

⁹ Ainda segundo Jornada & Sternberg (2001), o exame das flutuações ano a ano mostra que quando se verifica queda no emprego, são os homens que perdem mais vagas e, quando se verifica aumento no emprego, são as mulheres que ganham mais postos.

O ramo de prestação de serviços, que concentra a segunda maior participação, é uma das ocupações características do trabalho feminino, compreendendo cerca de 24% do total da ocupação feminina, apresentando uma pequena tendência a elevação no decorrer da década.

Na década de 90, o mercado de trabalho formal passou por modificações decorrentes da abertura comercial, da reestruturação produtiva e da queda no ritmo de crescimento da economia. Os problemas enfrentados pela ausência de um crescimento econômico sustentado, influenciou negativamente o comportamento do mercado de trabalho formal nesta década; e embora tenham aumentado as dificuldades de inserção de mais trabalhadores no mercado de trabalho, cresceu a participação feminina em todas as ocupações.

Um dos principais fatores para o crescimento do segmento feminino no mercado formal é o seu perfil educacional. Ao longo da década de 90, as mulheres apresentaram os melhores níveis de escolaridade em todos os setores relevantes sob a ótica do emprego.

[...] em 1998, quase a metade das mulheres empregadas tinha, no mínimo, o ensino médio completo, enquanto os homens nessa condição não passavam dos 25%, totalizando 34,8% dos trabalhadores formais com o ensino médio completo ou mais. Já nos patamares inferiores de escolaridade, sem instrução ou ensino fundamental incompleto, eram as mulheres que apresentavam a concentração mais baixa, 28,6%, contra 46,3% dos homens e 39,0% do total dos empregados. No nível intermediário, do ensino fundamental completo até o médio incompleto, situavam-se 23,2% das mulheres empregadas, 28,0% dos homens e 26,0% do total da população empregada O contingente de mulheres trabalhadoras no nível mais baixo de escolaridade caiu cerca de 28,0% de 1989 para 1998, enquanto aumentou 8,2% o número das que tinham do fundamental completo até o médio incompleto e 31,7% o contingente das que tinham pelo menos o ensino médio completo. O emprego masculino apresentou praticamente a mesma retração na faixa inferior de escolaridade, 27%, um crescimento mais acentuado do que as mulheres na faixa intermediária, 17,5%, porém expandiu-se menos na faixa superior, 20,3% (JORNADA & STERNBERG, 2001, p.70).

Embora apresentando um grau de escolaridade, em média, superior ao dos homens, as mulheres permaneceram com sua remuneração inferior. Os diferenciais de rendimento

do trabalho são a expressão mais acentuada da desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho.¹⁰

Apesar de terem diminuído as distâncias entre os rendimentos médios reais dos trabalhadores homens e mulheres, os diferenciais, no final do período observado, ainda eram acentuados. As mulheres, em 1989, tinham um rendimento médio 33% inferior ao dos homens. Já, em 1998, era 22%, em decorrência de uma evolução salarial mais favorável para as mulheres, que viram o seu rendimento médio real crescer 23,2% entre 1989 e 1998, enquanto os homens experimentaram um crescimento de apenas 6,2% (JORNADA & STERNEBERG, 2001, p.71).

Mesmo tendo ocorrido um expressivo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho formal gaúcho, persiste uma segregação por gênero, embora o nível de escolaridade das mulheres seja, proporcionalmente, mais elevado. Ainda que, o patamar de escolaridade das mulheres trabalhadoras esteja acima do dos homens e de a tendência à elevação do nível de escolaridade ser mais forte entre aquelas do que entre os estes, os rendimentos auferidos pelas mulheres continuam sendo inferiores aos dos observados entre os trabalhadores do sexo masculino em todos os setores da economia gaúcha.

3.3. Informalidade e comportamento do segmento feminino do mercado de trabalho no RS

De acordo com a Tabela 6, a participação do segmento feminino na ocupação informal, por ramos de atividade no RS no período estudado, na sua maioria concentra-se na agricultura, com uma média de participação de 98,6% de mulheres em atividades informais. Este elevado índice justifica-se pelo fato de que mais da metade das mulheres ocupadas no ramo agrícola, no RS, são não remuneradas.

¹⁰ Neste caso, entende-se que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tenha pressionado

TABELA 6– Níveis de informalidade no segmento feminino, por ramos de atividade RS- 1992/1999 (%)

Ramos de atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Agrícola	98,4	99,1	98,8	99,4	97,9	98,9	98,0
Indústria de Transformação	31,7	29,5	30,0	27,5	28,2	27,8	31,7
Indústria de Construção	60,6	53,5	40,0	67,9	65,4	30,7	46,2
Outras atividades industriais	18,7	19,6	-	9,3	6,9	2,9	48,8
Comércio de mercadorias	53,5	56,7	57,9	55,0	54,5	55,5	54,9
Prestação de serviços	91,3	90,7	88,3	88,9	88,2	87,0	86,9
Serviços auxiliares	48,4	45,8	42,2	46,2	52,0	48,1	53,4
Transporte e Comunicação	7,7	9,1	14,8	9,9	17,1	33,3	19,4
Social	19,2	15,8	18,8	19,9	20,4	20,3	21,8
Administração Pública	9,1	13,8	17,9	21,3	18,3	20,8	25,0
Outras	19,3	14,8	24,4	17,6	18,5	31,6	29,1
Total	100						

Fonte de dados: PNAD.

Outro dado relevante diz respeito ao elevado nível de informalidade no ramo de prestação de serviços, o que é explicado pelo fato de que mais de 90% dos postos de trabalho doméstico são ocupados por mulheres, bem como esta ocupação compreende algo em torno de 60% da ocupação total deste ramo de atividade.

Dado que os ramos agrícola e de prestação de serviços representam cerca de 50% do total da ocupação, pode-se perceber a tendência a ocorrência de elevados níveis de informalidade no segmento feminino.

Como foi observado na Tabela 2 a qual refere-se à participação da ocupação informal, na ocupação total por ramos de atividade no RS, os dados destacam a agricultura como o ramo mais representativo da economia gaúcha no setor informal, na década de 90. Em comparação com os dados da Tabela 6, verifica-se que o segmento feminino apresentou grande parte de sua ocupação na agricultura, seguida pelo setor de comércio de mercadorias; sendo este um setor que não necessita de alta qualificação e aliado ao fato de a mulher ser considerada como mão-de-obra barata, houve uma elevada inserção de mulheres no mesmo.

os salários para baixo, no segmento masculino, o que contribuiu para diminuir os diferenciais.

A Tabela 7 faz referência à distribuição das mulheres ocupadas por posição na ocupação no RS, nos anos de 1992 a 1999. Verifica-se que a maior parte das mulheres estão concentradas na ocupação dos empregados com carteira de trabalho assinada. A participação do segmento informal na ocupação total passou de 55,9% em 1992 para 52,1% em 1999. A proporção das mulheres sem remuneração também apresentou uma tendência a queda no período considerado, passando de 21,2% em 1992 para 17,9% em 1999.

TABELA 7 - Distribuição das mulheres ocupadas por posição na ocupação RS – 1992/99 (%)

Posição na ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Empregador	1,7	1,3	2,1	2,0	2,3	2,4	2,3
Empregados	38,4	37,9	38,4	41,2	40,5	41,7	41,7
C/carteira*	77,6	81,2	79,4	77,0	79,3	78,2	77,0
S/carteira							
A**	22,4	18,8	20,6	23,0	20,7	21,8	23,0
B***	7,1	5,9	6,5	7,7	6,9	7,5	7,8
Trabalhador doméstico	13,5	13,5	14,4	14,8	15,1	15,1	14,2
Conta Própria	25,2	25,8	22,7	23,5	22,5	22,5	23,9
Não remunerado	21,2	21,5	20,6	19,3	18,6	18,3	17,9
Total	100						

Fonte de dados: PNAD.

* Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria empregados;

** Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos empregados;

*** Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, exclusive funcionários públicos militares e estatutários.

No ramo conta própria, a porcentagem de mulheres ocupadas é relativamente alta, apresentando tendência a queda na década de 90. A posição não remunerado, apresenta uma elevada parcela da ocupação feminina, devido a mulher ter elevado grau de participação no ramo agrícola, conforme mencionado anteriormente.

Caso exclua-se o ramo agrícola, os níveis de informalidade para o segmento feminino seguem elevados, porém, apresentam uma tendência a estabilidade durante a década (passa de 52,5 em 1992 para 52% em 1999).

Para melhor compreender o significado da informalidade no segmento feminino faz-se necessário estabelecer uma relação com o segmento masculino. Na Tabela 8, é possível perceber a tendência de queda do emprego com carteira assinada para o segmento masculino. Consta-se uma elevada participação na ocupação conta própria e na ocupação empregador, ao mesmo tempo em que há uma redução entre os não remunerados.

TABELA 8 - Distribuição dos homens ocupados por posição na ocupação RS – 1992/99 (%)

Posição na ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Empregador	5,8	5,8	6,5	5,5	6,8	6,4	6,1
Empregados	54,3	53,4	52,7	52,5	53,3	52,3	54,1
C/carteira*	73,9	75,1	72,8	71,6	70,7	72,0	70,3
S/carteira							
A**	26,1	24,9	27,2	28,4	29,3	28,0	29,7
B***	13,0	12,2	13,0	13,4	14,1	13,2	14,5
Trabalhador doméstico	0,5	0,7	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7
Conta Própria	32,0	32,5	32,7	33,6	32,8	33,7	33,0
Não remunerado	7,4	7,6	7,2	7,5	6,3	6,8	6,1
Total	100						

Fonte de dados: PNAD.

* Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores com carteira assinada no total da categoria empregados;

** Estes percentuais referem-se à participação dos trabalhadores sem carteira assinada no total da categoria dos empregados;

*** Estes percentuais referem-se à participação relativa dos trabalhadores sem carteira assinada no total do pessoal ocupado, exclusive os funcionários públicos militares e estatutários.

A Tabela 8 revela a inexpressiva participação dos empregados domésticos no segmento masculino, bem como uma tendência a elevação da participação dos trabalhadores sem carteira. Apesar deste comportamento diferenciado entre as diferentes ocupações, o fato é que o nível de informalidade no segmento masculino se eleva de 52,9% em 1992 para 54,3% em 1999. Caso exclua-se o ramo de atividade agrícola estes níveis são, respectivamente, 37,6 e 43,9%; o que revela uma tendência a elevação dos níveis de informalidade no segmento masculino, ainda mais acentuada no núcleo urbano da economia.

A relevância do crescimento dos níveis de informalidade no segmento masculino se torna ainda mais importante quando se verifica que a participação das mulheres na PEA,

durante a década de 1990, manteve-se praticamente inalterada (de 43,6% em 1992 para 43,4% em 1999).

4. CONCLUSÃO

A economia brasileira passou por um período de mudanças e adaptações nas duas últimas décadas, o que refletiu de forma direta no mercado de trabalho. O aumento da informalidade no Brasil ocorreu, em parte, devido a grande parcela da população estar involuntariamente desempregada. Com a ausência de oportunidades de trabalho, dado a não ocorrência de taxas de crescimento econômico que permitisse absorver toda a PEA, houve um declínio dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada e uma expansão dos trabalhadores sem registro em carteira, bem como dos trabalhadores autônomos ou por conta própria. Foi através do trabalho informal que parte dos trabalhadores conseguiram abandonar a condição de desemprego e obter algum tipo de remuneração.

Neste contexto, o ingresso de uma quantidade cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho teria contribuído para um aumento das dificuldades de absorção de força de trabalho por parte deste mercado. Neste sentido, o segmento feminino teria sido o mais prejudicado, porque as mulheres, inseridas no mercado formal de trabalho, encontram-se em piores condições do que os homens, principalmente no que diz respeito a remuneração.

Em se tratando do setor informal da economia, no RS, a proporção de mulheres que obtiveram ocupação nesta atividade - associada à ausência de regulamentação, de proteção legal e previdenciária e onde os rendimentos são menores – teve uma pequena redução, de 52,5% em 1992 para 52% em 1999. Isto revela que os níveis de informalidade para o segmento feminino, mesmo elevados, apresentam uma tendência a estabilidade no decorrer da década de 1990, ao passo que, no seguimento masculino, estes níveis foram 37,6% e 43,9%, respectivamente para os anos de 1992 e 1999. Para o total do RS os níveis foram:

44,4% para 1992 e 47,4% para 1999, ou seja, uma elevação que está diretamente associada ao aumento dos níveis de informalidade no segmento masculino.

Mesmo que o nível de informalidade no segmento feminino seja mais elevado, este deve ser analisado considerando-se suas características particulares, a partir das quais é importante fazer algumas ressalvas:

1° - a proporção de mulheres empregadas, com carteira assinada, em relação ao total da ocupação feminina, é superior a dos homens durante toda a década de 1990;

2° - a participação das mulheres sem carteira assinada, no total da ocupação, fica em torno de 7%, em média, ao passo que para o segmento masculino esta proporção atinge a média de 13,3%, no decorrer do período;

3° - uma em cerca de cada cinco mulheres ocupadas eram não remuneradas; deve-se ressaltar que a cada quatro mulheres não remuneradas, pelo menos três se encontravam no ramo agrícola, o que explica, em boa parte, o elevadíssimo nível de informalidade nesta atividade;

4° - o dado mais relevante, entretanto, está na categoria trabalhador doméstico. Enquanto cerca de 15% do total das mulheres ocupadas encontravam-se como empregadas domésticas, no segmento masculino esta participação não chegou a 1% durante a década de 1990. Considere-se então o fato de que mais de 90% dos empregados domésticos eram mulheres;

5° - a participação das mulheres na PEA manteve-se estável durante os anos 90, com uma pequena oscilação em direção a redução.

Destas evidências apresentadas depreende-se que, independentemente do fato de as mulheres ocuparem postos de trabalho mais precários do que os homens, aquelas não contribuíram, diretamente, para a elevação dos níveis de informalidade no RS durante a

década de 1990; mesmo que tenham contribuído indiretamente, exercendo pressão sobre o mercado formal de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Beatriz R. Z. de .Setor Informal e Formas de Participação na Produção **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(2), p. 185-194, 1984.

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. O Setor Informal. In: ALMEIDA, Pedro F. C. de. **A economia Gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, p.164-198, 1990. (Tomo I).

BAGNASCO, Arnaldo. A economia informal. **Ensaio FEE**. Porto Alegre. v.18, n.2, p.13-31, 1997.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As Economias Informal e Submersa: Conceitos e Distribuição de Renda. In: CAMARGO, José M. e GIAMBIAGI, Fábio (org.) **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.121-143

CARDOSO Jr, José Celso & FERNANDES, Suiane. A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**. IPEA, n. 14, p.41-9, outubro de 2000.

CORTAZZO, Inés. O trabalho da mulher: uma desigualdade encoberta? In: GALEAZZI, Irene M. S. (Org.) Mulher e Trabalho. **PED-RMPA**. Porto Alegre, v.1, p.61-68, 2001.

COSTA, Letícia B. Aumento da participação feminina: Uma tentativa de explicação. **Estudos Econômicos**. v. 22, ed. Especial, p.115-31, 1992.

DEDECCA, Cláudio Salvadori & BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**. v. 27, ed. Especial, p.65-84, 1997.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE).

Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) – (1992-1999).

GALEAZZI, Irene M. S. Mulher e Trabalho. **PED-RMPA**. Porto Alegre, v.1, p.55-56, 2001.

JORNADA, Maria Isabel H. da & Sternberg, Sheila S. Wagner. A mulher no mercado de trabalho formal no RS nos anos 90: notas sobre escolaridade e rendimento. **PED-RMPA**. Porto Alegre, v.1, p.69-88, 2001.

LIMA, Beatriz M.F. de. **Criptoeconomia ou Economia Subterrânea, Uma investigação Preliminar no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982.

OLIMPIA, Vera & ROLIM, Leonardo. Ações do governo federal para reduzir a informalidade no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**. N. 14, p.35-31, outubro de 2000.

PEREZ, Lícia. Os desafios para o século XXI. In: GALEAZZI, Irene M. S. (Org.) Mulher e Trabalho. **PED-RMPA**. Porto Alegre, v.1, p.51-55, 2001.

RAMOS, Lauro e SOARES, Ana Lúcia. Participação da Mulher na Força de Trabalho e Pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**. v. 15, n. 3 (59),p. 84-96, julho-setembro/95.

SOUZA, Paulo Renato. A determinação da taxa de salários em economias atrasadas. **Estudos econômicos**. v. 10, n. 2, maio-agosto/1980.